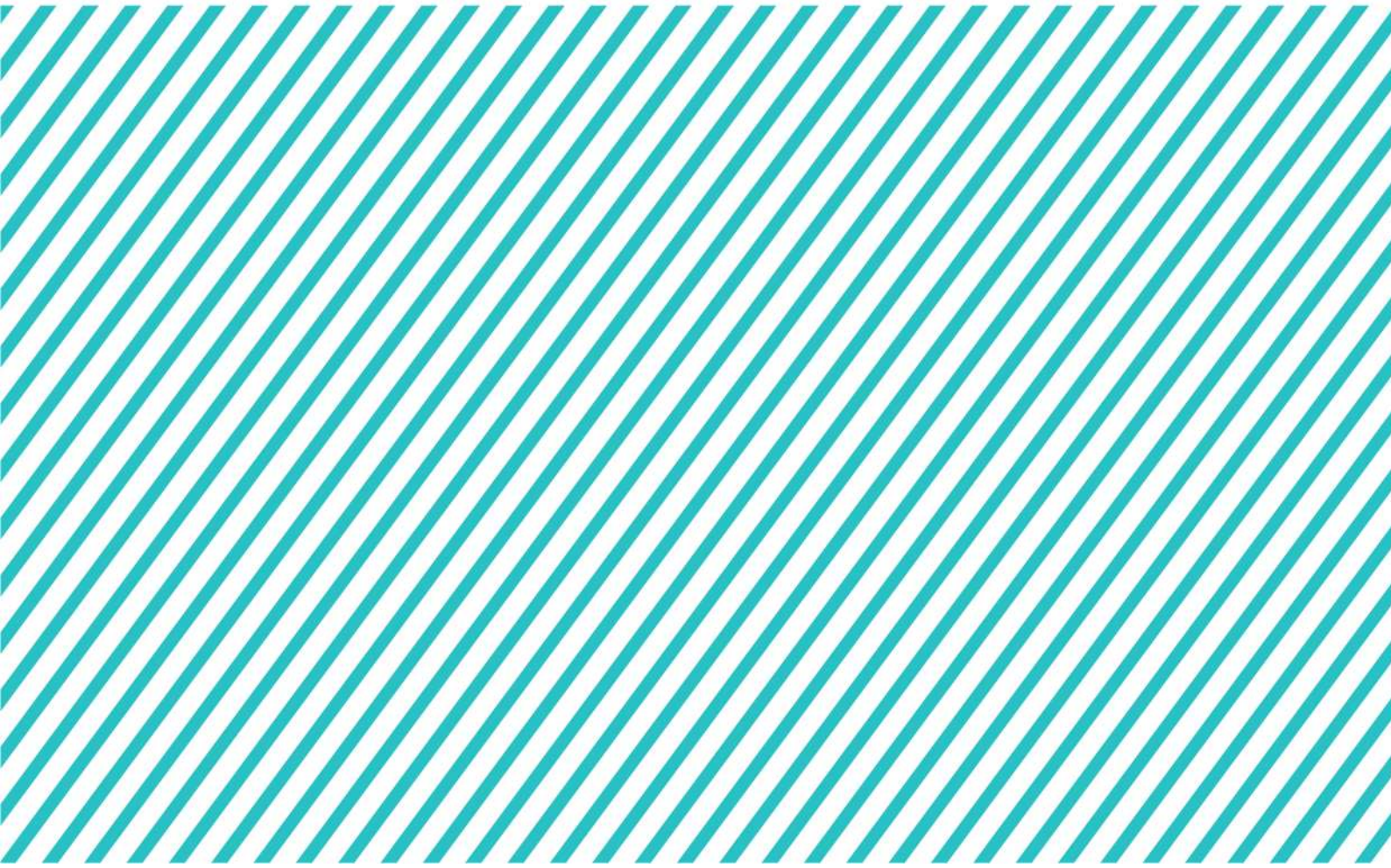
Fornecimento de Eletricidade à Sede e Pólo de Abrantes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CPG/01/2023

CADERNO DE ENGARGOS



Índice

Índice
Parte I 4
Do Contrato 4
Artigo 1.º 4
Objeto 4
Artigo 2.º 4
Forma e documentos contratuais 4
Artigo 3.º 4
Duração do contrato 4
Artigo 4.º 4
Obrigações do adjudicatário 4
Artigo 5.º 6
Obrigações da entidade adjudicante 6
Artigo 6.º 6
Patentes, licenças e marcas registadas 6
Artigo 7.º 6
Alterações ao contrato 6
Artigo 8.º 6
Cessão da posição contratual 6
Artigo 9.º 6
Subcontratação 6
Artigo 10.º 7
Preço base 7
Artigo 11.º 7
Preço e condições de pagamento 7
Artigo 12.º 7
Boa-fé 7
Artigo 13.º 7
Uso de sinais distintivos 7
Parte II 8
Especificações Técnicas 8
Artigo 14.º 8
Conformidade e operacionalidade dos serviços 8
Artigo 15.º 8
Especificações técnicas 8

Artigo 16.º 8
Local e prazo 8
Parte III 8
Disposições Finais 8
Artigo 17.º 8
Sanções 8
Artigo 18.º 8
Resolução sancionatória por incumprimento contratual 8
Artigo 19.º 9
Comunicações e notificações 9
Artigo 20.º 9
Cláusula arbitral e foro competente 9
Artigo 21.º 9
Direito aplicável 9

Parte I

Do Contrato

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos tem por objeto o fornecimento de eletricidade à sede e pólo de Abrantes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ao abrigo do acordo-quadro de eletricidade, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Artigo 2.º

Forma e documentos contratuais

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem apresentada no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não celebração do contrato, fruto da aplicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro de forma a compromissar a despesa inerente à adjudicação, nos termos da alínea d), do n.º1, do artigo 79.º do CCP.

Artigo 3.º

Duração do contrato

O contrato de aquisição de eletricidade tem a duração de 24 meses, a contar da data da sua celebração, ou até atingir a verba do valor contratado.

Artigo 4.º - Preço base

1. Pelo fornecimento de eletricidade objeto do contrato a celebrar, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo dispõe-se a pagar ao adjudicatário, por um período de 24 meses, o preço base de 109.874,60€ (cento e nove mil oitocentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. 2.Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

Artigo 5.º - Prazo

O contrato de aquisição de eletricidade tem a duração de 24 meses, a contar da data da sua celebração, ou até ao limite do valor contratado desde que não ultrapasse os 36 meses.

Artigo 6º - Local de Prestação de Serviços

Os serviços objeto deste contrato serão prestados na sede da Comunidade Intermunicipal em Tomar e no Pólo de Abrantes.

Artigo 4.º

Obrigações do adjudicatário

1- O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

1. Constituem obrigações do adjudicatário as previstas no caderno de encargos do acordo-quadro;
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
   a) Fornecer eletricidade em regime de mercado livre, à entidade adquirente, nos locais por ele definidos, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE, os requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos no caderno de encargos do acordo quadro e demais documentos contratuais, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para a entidade adquirente;

b) Disponibilizar registos de leituras de contagem de Energia Elétrica, preferencialmente por tele-contagem com acesso via Web, à entidade Adquirente nos termos previstos no caderno de encargos do acordo quadro;
c) Não alterar as condições de fornecimento de eletricidade fora dos casos previstos no caderno de encargos do acordo quadro;
d) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento de eletricidade e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
e) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de eletricidade ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
g) Comunicar à entidade adquirente a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de eletricidade, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
i) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, quer à CIMT, quer à entidade adquirente;
j) Remunerar a CIMT nos termos do artigo 32.º do caderno de encargos do acordo quadro;
k) Disponibilizar à CC-CIMT e à entidade adquirente a informação relevante para a gestão dos contratos, designadamente a referida no artigo 29.º do caderno de encargos do acordo quadro;
l) Manter sigilo e garantir a confidencialidade; e,
m) Disponibilizar, sempre que solicitado pela CC-CIMT, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de

faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente acordo quadro.

Artigo 5.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

Artigo 6.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 7.º

Alterações ao contrato

1- Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2- A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3- O contrato pode ser alterado por:
   a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
   b) Decisão judicial ou arbitral;
   c) Razões de interesse público.
4- A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 8.º

Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos do art.º 25º do caderno de encargos do acordo-quadro de Eletricidade em Regime de Mercado Livre.

Artigo 9.º

Subcontratação

1- O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2- Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3- Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 10.º

Preço base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de 109.874,60€ (cento e nove mil oitocentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos).

Artigo 11.º

Preço e condições de pagamento

1- A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tarifas de acesso à rede, consumo de energia reativa e demais taxas legalmente definidas.
2- O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 60 dias, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
3- É aplicável o mecanismo de revisão de tarifas, em sede de renovação de contrato, com a aplicação do incremento máximo de 1% (um por cento) por cada trimestre de contrato já concluído, sem prejuízo da necessidade de acordo entre as partes.

Artigo 12.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 13.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II
Especificações Técnicas

Artigo 14.º
Conformidade e operacionalidade dos serviços

1- O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os serviços objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do acordo-quadro com as especificações do presente caderno de encargos.
2- Os serviços objeto do contrato devem ser prestados de acordo com os fins a que se destinam.
3- O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que lhe são prestados.

Artigo 15.º
Especificações técnicas

O fornecimento da eletricidade e as medidas de eficiência energética objeto do presente contrato deverá estar de acordo com o anexo I. (Salienta-se que este anexo estima os consumos para 12 meses.)

Artigo 16.º
Local e prazo

Os serviços objeto do presente contrato são fornecidos no Pólo de Abrantes na Rua D. António Prior do Crato, 115, 2200-086 Abrantes e na sede da CIMT – no Convento de s. Francisco, Av. General Bernardo Faria, 2300 – 535 Tomar.

Parte III
Disposições Finais

Artigo 17.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do acordo-quadro.

Artigo 18.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1- O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do acordo-quadro.
2- A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1- Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2- Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
À atenção de: Contratação Publica
Convento de S. Francisco, Av. General Bernardo Faria
2300-535 Tomar
Fax: 249730069
E-mail: contratacaopublica@cimt.pt

Artigo 20.º

Cláusula arbitral e foro competente

1- Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2- A arbitragem será realizada nos termos do art.º 22.º do caderno de encargos do acordo-quadro de Eletricidade em Regime de Mercado Livre.

Artigo 21.º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do acordo-quadro e o CCP.